

ANO 2003

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE ... Projeto de Lei nº 85/2003

OBJETO ... Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências

Apresentado em sessão do dia 15/09/2003

Autoria Vereador Artur Ernesto Henrique

Encaminhado às Comissões de

Prazo Final

Aprovado em 06 / 10 / 2003 Rejeitado em / /

Autógrafo de Lei n.º 3274

Lei n.º 3328, de 30/10/2003

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

LEI Nº 3328, DE 30 DE OUTUBRO DE 2003.

De autoria do Vereador Artur Ernesto Henrique

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

Davi Peres Aguiar, Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Todo estabelecimento fornecedor de refeições no Município de Bebedouro é obrigado a permitir, quando solicitado por seus clientes, o acesso a sua cozinha para visitação.

Art. 2º - Os estabelecimentos descritos no art. 1º deverão incentivar e estimular visualmente seus clientes a conhecer estas dependências, devendo conter placas indicativas com a inscrição "**Visite a Nossa Cozinha**".

Art. 3º - As placas indicativas referidas no art. 2º deverão apresentar as seguintes características:

- a) estarem situadas em locais visíveis;
- b) serem confeccionadas de forma a possibilitar fácil leitura;
- c) conterem letras com, no mínimo, 2 (dois) centímetros de altura.

Art. 4º - Os estabelecimentos terão prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da regulamentação do Poder Executivo, para atendimentos das exigências constantes nesta lei.

§1º - Decorrido o prazo fixado no "caput" deste artigo, o não-cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa equivalente a R\$100,00 (cem reais), dobrando-se o valor em caso de reincidência.

§2º - A reincidência ficará caracterizada quando, após 30 (trinta) dias da imposição da multa fixada no parágrafo anterior, persistir a desobediência às determinações desta Lei.

§3º Serão também considerados reincidentes os estabelecimentos que, já tendo recebido as multas definidas no §1º, venham a qualquer tempo a infringir as disposições da Lei.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei ficará a cargo do Departamento Municipal, especialmente designado em regulamentação.

Art. 6º - Compete ao Executivo Municipal regulamentar a presente Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 30 de outubro de 2003.


Davi Peres Aguiar
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 30 de outubro de 2003.


Roberto Afonso Giampadio
Diretor de Gabinete



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO



OEC/498/2003 – je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 07 de outubro de 2003.

Senhor Prefeito,

Comunico a Vossa Excelência que em Sessão Ordinária, realizada no dia 06 de outubro do corrente ano, foi aprovado o Projeto de Lei nº 85/2003, de autoria do Vereador Artur Ernesto Henrique, que dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

Encaminho, na oportunidade, o original do respectivo Autógrafo de Lei n  3274/2003, para dar prosseguimento ao Processo Legislativo.

Sendo só para o momento, renovo protestos de estima e elevada considera o.

Atenciosamente,


Carlos Alberto Corrêa Orpham
PRESIDENTE

A Sua Excelência,
Senhor Davi Peres Aguiar,
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO - SP

“Deus Seja Louvado”

Rua Lucas Evangelista, 652 - Fone (17) 3342-1033 - CEP 14700-425
BEBEDOURO - ESTADO DE SÃO PAULO



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



AUTÓGRAFO DE LEI Nº 3274/2003

Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

De autoria do Vereador Artur Ernesto Henrique

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Todo estabelecimento fornecedor de refeições no Município de Bebedouro é obrigado a permitir, quando solicitado por seus clientes, o acesso a sua cozinha para visitação.

Art. 2º - Os estabelecimentos descritos no art. 1º deverão incentivar e estimular visualmente seus clientes a conhecer estas dependências, devendo conter placas indicativas com a inscrição "**Visite a Nossa Cozinha**".

Art. 3º - As placas indicativas referidas no art. 2º deverão apresentar as seguintes características:

- a) estarem situadas em locais visíveis;
- b) serem confeccionadas de forma a possibilitar fácil leitura;
- c) conterem letras com, no mínimo, 2 (dois) centímetros de altura.

Art. 4º - Os estabelecimentos terão prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da regulamentação do Poder Executivo, para atendimentos das exigências constantes nesta lei.

§1º - Decorrido o prazo fixado no "caput" deste artigo, o não-cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa equivalente a R\$100,00 (cem reais), dobrando-se o valor em caso de reincidência.

"Deus Seja Louvado"



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



§2º - A reincidência ficará caracterizada quando, após 30 (trinta) dias da imposição da multa fixada no parágrafo anterior, persistir a desobediência às determinações desta Lei.

§3º Serão também considerados reincidentes os estabelecimentos que, já tendo recebido as multas definidas no §1º, venham a qualquer tempo a infringir as disposições da Lei.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei ficará a cargo do Departamento Municipal especialmente designado em regulamentação.

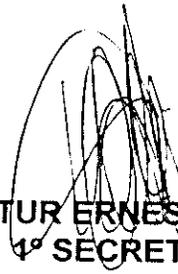
Art. 6º - Compete ao Executivo Municipal regulamentar a presente Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 07 de outubro de 2003.


CARLOS ALBERTO CORRÊA ORPHAM
PRESIDENTE


ARTUR ERNESTO HENRIQUE
1º SECRETÁRIO


LUIZ CARLOS DE FREITAS
2º SECRETÁRIO

"Deus Seja Louvado"



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao Projeto de Lei nº 85/2003, de autoria do Vereador Artur Henrique.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitaçã o e dá outras providências.

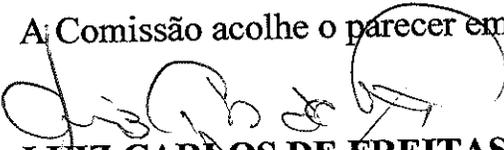
O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Bebedouro, após leitura e análise da propositura, emite parecer de

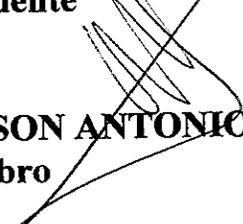
Legalidade
.....
.....

Sala das Comissões, *22* de *setembro* de 2003.


CARLOS ADALBERTO DE JESUS CRIVELARI
Relator

A Comissão acolhe o parecer emitido pelo Relator.


LUIZ CARLOS DE FREITAS
Presidente


WILSON ANTONIO RIGUETTO
Membro

Sala das Comissões, *22* de *setembro* de 2003.

“Deus Seja Louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



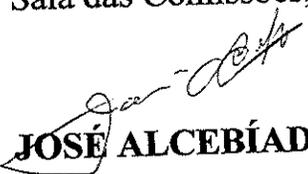
COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Parecer da Comissão de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei nº 85/2003, de autoria do Vereador Artur Henrique.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

O Relator da Comissão de Assuntos Gerais da Câmara Municipal de Bebedouro, após leitura e análise da propositura, emite parecer de
.....
.....
LEGALIDADE.

Sala das Comissões, de de 2003.


JOSÉ ALCEBÍADES COLÓZIO
Relator

A Comissão acolhe o parecer emitido pelo Relator.


ARTUR ERNESTO HENRIQUE
Presidente


CARLOS ADALBERTO DE JESUS CRIVELARI
Membro

Sala das Comissões, de de 2003.

“Deus Seja Louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 85/2003, de autoria do Vereador Artur Henrique.

Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

O Relator da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Bebedouro, após leitura e análise da propositura, emite parecer de

legalidade

Sala das Comissões, de de 2003.

PAULO CÉSAR DOS SANTOS ALVES
Relator

A Comissão acolhe o parecer emitido pelo Relator.

CELSO TEIXEIRA ROMERO
Presidente

WALTER DE OLIVEIRA C VOLI
Membro

Sala das Comissões, de de 2003.

“Deus Seja Louvado”



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



PROJETO DE LEI Nº 85/2003: Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

FAREZER DO ASSISTENTE JURÍDICO LEGISLATIVO

Diante das atribui es pertinentes ao Assistente Jurídico - Legislativo passo a emitir meu parecer acerca do Projeto de Lei em epígrafe, o qual dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso   cozinha para visita o e dá outras providências.

Isto posto, passo a dar meu parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUI O FEDERAL DE 1988.

Na espécie que o parecer focaliza,   claro o artigo 30, inciso I, no que concerne a competência do M nic pio em legislar sobre assuntos de interesse local, de tal modo que notamos claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente Projeto de Lei.

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

Reforça a competência do município para legislar sobre o assunto em tela o artigo 11, inciso XXII, que reza:

*"Artigo 11 - Compete ao M nic pio legislar sobre assuntos de interesse local, tendo como objetivo o bem estar de sua popula o e o pleno desenvolvimento de suas fun es sociais, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribui es:
inciso III - estabelecer e impor penalidade por infra o de suas leis e regulamentos;"*

Além de que a mesma Lei Orgânica disciplina em seu artigo 17, I, ser competência da Câmara Municipal com a san o do Prefeito, legislar sobre assuntos de interesse local. Desse modo, notamos que não há que se negar que os efeitos do Projeto de Lei, em exame, refletirão no âmbito do M nic pio, obrigando os proprietários de estabelecimentos que servem refeições a manter as cozinhas sempre limpas e em

"Deus seja Louvado"



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



ordem, já que estarão abertas a visitação de fregueses, contribuindo, ainda, para incentivar que as refeições sejam preparadas com a higiene recomendada.

Nos mesmos termos ensina o ilustre Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Municipal Brasileiro*, 9ª edição, editora Malheiros Editora Ltda., página 477/478:

"...De um modo geral, pode-se dizer que compete à Câmara de Vereadores legislar sobre assuntos locais, de seu peculiar interesse, isto é, do interesse predominantemente municipal, em relação ao interesse reflexo, sempre existente, do Estado-membro e da União...."

"Como se vê, a competência legislativa da Câmara de Vereadores foi significativamente ampliada, cabendo-lhe elaborar e promulgar a lei orgânica do Município, além de deliberar sobre matéria administrativa, no que concerne a instituição e prestação dos serviços públicos locais, organização de seu pessoal administrativo, cobrança de tributos, aplicação da receita, administração de bens e do território do Município, especialmente das cidades e vilas, em que mais se faz sentir a utilização do poder de polícia administrativa em benefício da segurança, da higiene e da saúde públicas, da estética da cidade, do conforto da população e do bem-estar do munícipes, como já assinalamos em capítulo anterior (cap. VIII)." (grifo nosso)

Nos ensina, ainda, o ilustre Hely Lopes Meirelles, em sua obra *Direito Municipal Brasileiro*, 9ª edição, editora Malheiros Editores Ltda., página 334, que:

"Poder de polícia é a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.

Em linguagem menos técnica podemos dizer que o poder de polícia é o mecanismo de frenagem de que dispõe a Administração Pública para conter os abusos do direito individual. Por esse mecanismo, que faz parte toda a Administração, o Estado detém a atividade dos particulares que se revelar contrária, nociva ou inconveniente ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança nacional."

portanto, sua matéria está dentro do campo da competência legislativa da Câmara Municipal, já que o que se pretende, através do presente Projeto, é fazer uso do Poder de Polícia Administrativa, para obrigar os estabelecimentos que servem refeições a manterem sua cozinhas em condições adequadas de higiene, para melhor servirem a população do Município, que utilizam-se dos serviços dos mesmos.

"Deus seja Louvado"



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



Na espécie, portanto, não há qualquer vício de COMPETÊNCIA ou LEGALIDADE que possa desnaturar as pretensões trazidas pelo PROJETO DE LEI em foco, desse modo havendo recursos orçamentários próprios, não há óbice para aprovação do presente projeto.

É o nosso parecer, s.m.j..

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 17 de setembro de 2003.

ANTONIO A. C. SALVATI

Antonio Alberto Camargo Salvatti
O A B I S P 112 825

"Deus seja Louvado"

RUA LUCAS EVANGELISTA Nº 652 - CEP 14.700-425 - TELEFONE (17) 3342-1033



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO

APROVADO EM 06/10/03

CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO
PROT: 6299/2003
DATA: 11/09/2003 HORA: 11:10:09
ORIG: VEREADOR ARTUR ERNESTO HENRIQUE
ASS: PROJETO DE LEI

12 VOTOS FAVORÁVEIS
 VOTOS CONTRÁRIOS


Carlos Alberto Corrêa Orpham
Presidente

RESP: IDESIA MAGALHAES



PROJETO DE LEI Nº 85 /2003



Dispõe sobre a obrigatoriedade dos estabelecimentos fornecedores de refeições em permitir que seus clientes tenham acesso à cozinha para visitação e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, faz saber que aprova o seguinte Projeto de Lei de autoria do Vereador **ARTUR ERNESTO HENRIQUE**:

Art. 1º - Todo estabelecimento fornecedor de refeições no Município de Bebedouro é obrigado a permitir, quando solicitado por seus clientes, o acesso a sua cozinha para visitação.

Art. 2º - Os estabelecimentos descritos no art. 1º deverão incentivar e estimular visualmente seus clientes a conhecer estas dependências, devendo conter placas indicativas com a inscrição "Visite a nossa Cozinha".

Art. 3º - As placas indicativas referidas no art. 2º deverão apresentar as seguintes características:

- a) estarem situadas em locais visíveis;
- b) serem confeccionadas de forma a possibilitar fácil leitura;
- c) conterem letras com, no mínimo, 2 (dois) centímetro de altura.



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



Art. 4º - Os estabelecimentos terão prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da publicação da regulamentação do Poder Executivo, para atendimentos das exigências constantes nesta lei.

§1º - Decorridos o prazo fixado no “caput” deste artigo, o não cumprimento do disposto nesta Lei sujeitará os infratores ao pagamento de multa equivalente R\$ 100,00 (cem reais), dobrando-se o valor em caso de reincidência.

§2º - A reincidência ficará caracterizada quando, após 30 (trinta) dias da imposição da multa fixada no parágrafo anterior, persistir a desobediência às determinações desta Lei.

§3º Serão também considerados reincidentes os estabelecimentos que, já tenham recebido as multas definidas no §1º, venham a qualquer tempo, infringir as disposições da Lei.

Art. 5º - A fiscalização do cumprimento das disposições desta Lei ficará a cargo do Departamento Municipal especialmente designado em regulamentação.

Art. 6º - Compete ao Executivo Municipal, regulamentar a presente Lei no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



Art. 7º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 11 de setembro de 2003.

**ARTUR ERNESTO HENRIQUE
VEREADOR - PTB**

AUSENTE DO PLENÁRIO

Vereador(es)

Irene Maria Marangoni Minholo
VEREADORA

Cleyde do Espírito Santo
VEREADORA

Archibaldo Brasil Martinez de Camargo
VEREADOR

João Batista Bianchini
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO



JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa a incentivar que as cozinhas dos estabelecimentos que vendem refeições sejam sempre limpas e estejam em ordem.

A simples possibilidade do cliente em visitar as cozinhas já vai fazer com que os proprietários desses estabelecimentos estejam sempre preocupados em mantê-los de acordo, pois os seus clientes vão verificar em que condições estas refeições são preparadas.

Em razão da importância deste projeto, solicito aos nobres pares desta Casa Legislativa que aprovem o projeto.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 11 de setembro de 2003.

ARTUR ERNESTO HENRIQUE
VEREADOR - PTB